



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

REFLEXÕES SOBRE O PERFIL PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: UM DIÁLOGO A PARTIR DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO.

SALYANNA DE SOUZA SILVA¹

GISELE CAROLINE RIBEIRO ANSELMO²

GIOVANNA DOS SANTOS RODRIGUES³

RESUMO

Apresentamos resultado de uma pesquisa qualitativa com assistentes sociais atuando nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Vitória. Evidenciamos o perfil socioeconômico, focando nas dimensões de classe, étnico-racial e gênero. Os dados revelam que as profissionais com vínculos contratuais precários são, em sua maioria mulheres, autodeclaradas brancas, heterossexuais e com filhos.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Serviço Social. Perfil Profissional. Raça-etnia. Gênero.

ABSTRACT

We present the results of a qualitative research involving social workers operating in the Social Assistance Reference Centers (CRAS) in Vitória. We highlight the socioeconomic profile, focusing on the dimensions of class, race-ethnicity, and gender. The data reveal that most professionals with precarious contractual ties are women, self-declared as white, heterosexual, and with children.

Keywords: Labor Precarization. Social Work. Professional Profile. Race-Ethnicity. Gender.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo

² Universidade Federal da Paraíba

³ Universidade Federal do Espírito Santo

Introdução

O presente artigo visa trazer reflexões sobre a condição de assistentes sociais enquanto classe trabalhadora hegemonicamente negra e feminina. Procuramos aqui apresentar algumas reflexões sobre o perfil profissional de assistentes sociais evidenciando sua dimensão de classe, étnico-racial e de gênero.

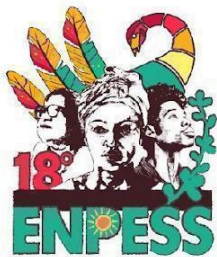
Os dados foram obtidos a partir dos resultados, ainda parciais, da pesquisa intitulada “Trabalho profissional, precarização e Projeto Ético-Político: uma análise entre as/os assistentes sociais de Vitória e Roma”⁴ que teve como objetivo central realizar uma análise das atuais transformações acerca da precarização do trabalho e suas implicações ético-políticas e profissionais para as/os assistentes sociais que atuam na política de assistência social da cidade de Vitória e Roma. Tal investigação iniciou-se em setembro de 2021 e terminará em 2025.

Neste artigo, iremos nos limitar aos achados da pesquisa qualitativa no contexto brasileiro. Em Vitória, a coleta de dados aconteceu com assistentes sociais que estavam trabalhando, no momento da pesquisa, nos 12 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Vitória. Do universo 36 assistentes sociais que atuam nos 12 CRAS, responderam ao questionário semi-estruturado 25 profissionais, assim obtivemos um total de aproximadamente 69,5% de respostas. Para a construção deste artigo optamos por trabalhar com os dados obtidos no **Eixo 4** - Perfil Geral da/o participante, do questionário por entendermos que tais dados expressam aspectos importantes do perfil profissional na contemporaneidade.

A feminização e racialização da profissão impactam diretamente nas condições de trabalho das assistentes sociais, que frequentemente enfrentam as consequências da precarização e desvalorização do trabalho no seu cotidiano (Antunes, 2020; Nogueira, 2013).

O trabalho está fundamentalmente dividido nos seguintes pontos: essa introdução, posteriormente discutimos sobre o impacto da crise estrutural do capital e o neoliberalismo no

⁴Em Vitória, a coleta de dados aconteceu após aprovação da pesquisa junto à Comissão de Pesquisa da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Vitória e ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFES (CAAE 52697421.9.0000.5542). Foi aplicado um questionário semiestruturado composto por 43 questões, que se dividem entre 04 eixos, a saber: **Eixo 1** - Dimensões éticas e político pedagógica do trabalho profissional; **Eixo 2** - Características do local de trabalho - Proteção Social Básica – Vitória; **Eixo 3** - Atuação na Proteção Social Básica durante a pandemia; e **Eixo 4** - Perfil Geral da/o participante. Tal instrumento para coleta de dados ficou aberto para receber respostas entre os meses de fevereiro e abril de 2022. Importante destacar que tivemos a participação de todos os 12 CRAS. Somamos também à coleta de dados a realização do curso de extensão intitulado “Dimensões éticas e pedagógicas do Serviço Social: contribuições para um debate internacional”, que dentre os objetivos, visou socializar junto à população participante os dados obtidos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalho de assistentes sociais. No segundo ponto apresentamos dados e análises da pesquisa realizada e, por último, nossas considerações finais.

1 - O impacto da crise estrutural do capital e das políticas neoliberais no trabalho das assistentes sociais no Brasil na contemporaneidade

No contexto contemporâneo, marcado por uma crise estrutural do capital e pela implementação de políticas sociais sob uma lógica neoliberal, o trabalho de assistentes sociais no Brasil enfrenta desafios crescentes, intensificados pelas desigualdades estruturais de classe, gênero e étnico-raciais.

Para Ricardo Antunes (2013), a partir da década de 1970, emergiu a era da acumulação flexível do Toyotismo em resposta à crise estrutural do capital, iniciando um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho a nível mundial. No Brasil, a partir da década de 1990, intensificou-se o processo de reestruturação produtiva do capital. Para o autor, este foi um período caracterizado por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e o modelo taylorista/fordista então vigente.

Antunes (2020) afirma que ocorre uma trípole destrutiva do trabalho: a terceirização, a informalidade e a flexibilidade⁵. A sua lógica, ainda segundo Antunes (2013), é a redução do proletariado estável e ampliação, no interior das plantas produtivas modernas, de formas de trabalho precarizado, *part-time*, terceirizado, com contratos por tempo determinado, além de trabalhadores que vivenciam o desemprego estrutural. Exige-se destas(es) uma maior qualificação profissional para executar multifunções cada vez mais complexas, mediadas pelas novas máquinas informatizadas de maior incremento tecnológico. Para Antunes (2013), nessa nova fase do capital, há uma maior apropriação da dimensão intelectual e das capacidades cognitivas de trabalhadoras(as). Parte do saber da(o) trabalhador(a) é transferido para máquinas informatizadas, com um envolvimento interativo entre o trabalho vivo e o trabalho morto, resultando em uma maior complexificação da atividade laborativa que causa um processo de estranhamento e alienação ao sujeito.

⁵Importante mencionar que a empresa flexível no modelo Toyotista apresenta alguns traços distintivos do modo de produção fordista. Ricardo Antunes e Graça Druk (2020, p. 159) enumeram estes: produção diretamente vinculada à demanda; trabalho em equipe e multifuncional; estrutura-se em processo flexível, possibilitando o trabalhador operar simultaneamente diferentes máquinas; princípio do *just time* (menor tempo); sistema de kanban (menor estoque); estrutura horizontalizada do complexo produtivo; desenvolvimento de círculos de controle de qualidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Antunes (2013) afirma ainda que, nesta economia sob o comando hegemônico do capital financeiro, é transferida aos trabalhadores(as) a pressão pelas altas taxas de produtividade com redução dos custos, com o objetivo de garantir altos lucros às empresas. Assim, neste contexto, o processo de terceirização assume uma centralidade na estratégia empresarial para escamotear

as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturam ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e de vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc. (Antunes, 2020, p. 34).

Para Claudia Nogueira (2013), no pós-1970, ocorreu também um processo de *feminização do trabalho*, com uma intensificação da entrada das mulheres no mundo do trabalho. No entanto, essa inserção se deu através de subempregos precários com acentuada exploração. A autora afirma que há uma divisão sociossexual do trabalho, um fenômeno histórico que se transforma de acordo com determinado período e é diferenciado a depender da sociedade a qual faz parte. Na sociedade capitalista, o trabalho doméstico fica sob responsabilidade das mulheres, tanto quando é uma atividade remunerada ou não.

Ainda segundo Nogueira (2013), a divisão sociossexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que influencia na desqualificação e desvalorização do trabalho feminino, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo. No capitalismo contemporâneo, o processo de flexibilização possibilitou o trabalho produtivo de mulheres no âmbito doméstico. Essas mulheres, ao mesmo tempo, trabalhando em casa ou não, continuam com a responsabilidade do cuidado doméstico, mantendo uma dupla ou tripla jornada laboral. Para Nogueira (2013), neste contexto de feminização do trabalho, há um duplo movimento: de um lado, a inserção das mulheres no mundo do trabalho é positiva; por outro lado, essa inserção é marcada pela desigualdade de gênero e atravessada pela precarização, intensificação e ampliação das formas e modalidades de exploração do trabalho.

A sociedade capitalista heteropatriarcal e racista na contemporaneidade se baseia em relações de exploração e opressão que se manifestam não apenas nas relações de classe social, mas também nas relações de gênero e de raça. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada em fevereiro de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação de mulheres e pessoas negras (incluindo pretos e pardos) foi superior à média nacional em 2023. Enquanto a taxa de desocupação no país foi de 7,4% no último trimestre de 2023, a taxa entre as mulheres alcançou 9,2%, comparada a 6% entre os homens. Em termos de cor da pele, a população branca teve uma taxa de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desemprego de 5,9%, enquanto as taxas de desocupação entre pretos (8,9%) e pardos (8,5%) ficaram acima da média nacional.

Esses dados revelam uma persistente desigualdade no mercado de trabalho brasileiro, especialmente quando analisados sob as dimensões de gênero e raça. As mulheres negras, especialmente as pretas, enfrentam as maiores dificuldades no mercado de trabalho. Elas não apenas enfrentam as reverberações da desigualdade de gênero, que já eleva a taxa de desocupação entre as mulheres em geral, mas também enfrentam o racismo estrutural⁶, que agrava ainda mais sua situação no mundo do trabalho. A alta taxa de desocupação entre mulheres negras, exacerbada pela estrutura racista e machista da sociedade, reforça a urgência de implementar medidas que promovam a equidade racial e de gênero no mercado de trabalho.

Raquel Raichelis (2018) afirma que, no contexto da reestruturação produtiva do capital, as/os assistentes sociais não ficam isentos das consequências que este processo acarreta. Para a autora, no mercado de trabalho das assistentes sociais, ampliam-se os processos de subcontratação de empresas individuais (*pejotização*⁷) ou de instituições terceirizadas por contrato temporário, vivenciando um processo de precarização do trabalho e de baixa remuneração, em um processo de forte insegurança laboral.

Antunes (2020) afirma que atualmente há uma *nova morfologia do trabalho* que engloba a totalidade de trabalhadoras/es assalariada/os que vivem da venda da sua força de trabalho em troca de salários. Para o autor, o caso mais emblemático é a denominada Indústria 4.0, com origem na Alemanha, que gerou um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo a partir da inserção das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Segundo Antunes, essa nova empresa flexível e digital tende a se expandir com o processo tecnológico-organizacional-informacional reduzindo aceleradamente o trabalho vivo e eliminando de forma crescente a força de trabalho. Essa nova fase de hegemonia informacional-digital no

⁶ Compreendemos “racismo estrutural” a partir de Silvio Almeida. Para o autor, o racismo tem sua gênese no Estado moderno e é um elemento estruturante do Estado capitalista na organização das relações políticas e econômicas. É preciso compreendê-lo como parte de um processo histórico ligado às especificidades da formação social de cada Estado. Além de ser um processo sistêmico de discriminação que depende de poder político para a institucionalização das diferenças raciais e de gênero. “O racismo é estrutural. [...] como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (Almeida, 2020, p. 50-51).

⁷ Raichelis (2018, p. 51) define a *pejotização* como uma nova modalidade de contratação em que exige-se que o empregado constitua um registro de CNPJ na tentativa de descaracterizar as relações de trabalho e burlar as leis trabalhistas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mundo produtivo, através de celulares, tablets, dentre outros dispositivos, tende a controlar e supervisionar a nova etapa da ciberindústria do século XXI. A tendência é “mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados” (Antunes, 2020, p. 41).

No âmbito das políticas sociais, *lócus* privilegiado do trabalho das assistentes sociais, ocorreu a implementação de políticas no ideário neoliberal em resposta à crise estrutural do capital. Há uma retração do papel do Estado no enfrentamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, uma diminuição de investimentos nas políticas sociais que atendam às necessidades da população. Desloca-se para a sociedade civil o enfrentamento da questão social, em um processo denominado por Carmelita Yazbek (1995) de “refilantropização da questão social”. Direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora, principalmente após a proclamação da Constituição da República de 1988, são sucessivamente desmantelados.

As políticas sociais sofrem diretamente este impacto, tornando-se fragmentadas, focalizadas e seletivas. A oferta de serviços e ações do Estado para a classe trabalhadora é cada vez mais reduzida. São privilegiados os programas de transferência de renda com condicionalidades, focalizados nas famílias mais pobres e com filhos. Segundo Mioto (2006, p. 182-183) ocorreu uma diminuição da “capacidade protetora” da família, vinculada ao empobrecimento acelerado da população, aliado às configurações renovadas da família, tornando-a mais vulnerável ao contexto social. Assim, a família se encontra numa posição de sujeito ameaçado, sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquece ainda mais quando lhe é atribuídas tarefas maiores que sua capacidade de realizá-las.

A reestruturação produtiva e a hegemonia do capital financeiro imersos em uma sociedade **capitalista, heteropatriarcal e racista**, têm imposto condições de trabalho precarizadas, caracterizadas por vínculos contratuais temporários o que conseqüentemente leva a uma expressiva rotatividade de profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

Nesse contexto, as assistentes sociais brasileiras são inseridas em espaços ocupacionais que vivenciam as reverberações da crise estrutural do capital, tanto no que diz respeito às condições de trabalho precarizadas, como vínculos contratuais temporários e mudanças constantes de local de trabalho, entre outros aspectos. Simultaneamente, atendem usuárias/os da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

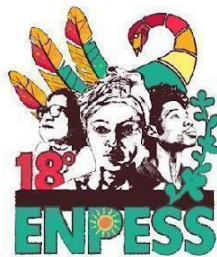
classe trabalhadora que vivenciam o acirramento das expressões da questão social e racial e apresentam demandas emergenciais cada vez mais latentes. Essas profissionais procuram responder às demandas profissionais, vivenciando na cotidianidade do trabalho inúmeros desafios, entre eles, poucos recursos (econômicos, de serviço, entre outros) para atender tais demandas.

Outro elemento importante a ser mencionado é que recentemente, em 2020, em um contexto de crise estrutural do capital e implementação de políticas sociais sob o comando (ultra)neoliberal, acrescentou-se uma crise sanitária a nível global, agudizando ainda mais as expressões da questão social. Evidenciam-se novas demandas e reatualizam-se as velhas demandas para assistentes sociais. Um dos maiores impactos para o trabalho destas foi a introdução ainda mais acelerada das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano profissional.

As assistentes sociais, inseridas em espaços ocupacionais permeados por essas dinâmicas, enfrentam a pressão por altas taxas de produtividade com recursos escassos, enquanto atende uma população trabalhadora cada vez mais vulnerável. Nesse cenário, a feminização do trabalho e a divisão sociosexual e racial reforçam a desigualdade de gênero, classe e raça/etnia intensificando a exploração e a precarização do trabalho das assistentes sociais.

2 - O perfil profissional das/dos assistentes sociais: aproximações à questão étnico-racial, sexual e de gênero.

De acordo com os dados nacionais do Conjunto CFESS-CRESS publicados em 2022, em 31 de dezembro de 2019, havia 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os nos CRESS. Neste mesmo período, havia 4.342 profissionais com inscrição ativa e participante no Recadastramento (2015-2019) no Estado do Espírito Santo (17^a Região CRESS). Como informado na introdução, a pesquisa empírica teve como sujeitos privilegiados assistentes sociais que trabalhavam naquele momento nos CRAS da cidade de Vitória. No momento da pesquisa, havia 36 assistentes sociais trabalhando nos 12 CRAS. Ao todo, 25 profissionais responderam ao nosso questionário, correspondendo a aproximadamente 69,44% do total.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O perfil dos assistentes sociais que responderam à pesquisa é majoritariamente feminino. Das 25 profissionais consultadas, 24 profissionais, o que equivale a 96%, se identificam com gênero feminino e apenas 01 (correspondente a 04%) com o gênero masculino.

Em relação à faixa etária das/os Assistentes Sociais é possível analisar que todas se encontram acima dos 30 anos. Especificamente, 28% (7) com a idade entre 30 e 35 anos, 24% (6) na faixa dos 36 a 40 anos, cerca dos 24% (6) com idade dos 41 à 45 anos, e 20% (5) entre 46 à 55 anos se referente a 20% (5). Sinalizamos ainda que 4% (1) respondeu a data do nascimento errada. Observa-se um perfil de assistentes sociais prevalentemente jovem, com 76% destas com idade entre 30 e 45 anos.

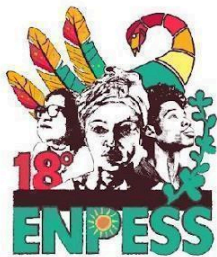
Quanto à maternidade, 68% (17) afirmaram ter filhos. Dentre elas, 14 assistentes sociais têm apenas um filho, duas têm dois filhos e uma possui três filhos. Em relação à idade dos filhos, 22% (6 profissionais) têm filhos na primeira infância (0 a 6 anos). Um percentual de 26% (7 profissionais) tem filhos na faixa etária de 7 a 12 anos. Apenas 4% (1 profissional) têm filhos adolescentes (13 a 17 anos). Finalmente, 18% (5 profissionais) relataram ter filhos adultos (acima de 18 anos).

Sobre tais dados é sempre importante destacar a histórica hegemonia feminina entre as assistentes sociais. Conforme argumentam Mirla Cisne e Silvana Mara Moraes Santos (2018) essa característica não é espontânea nem natural. O Serviço Social e sua atuação profissional são marcados por uma sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista que tem sua reprodução pautada por uma divisão sexual do trabalho patriarcal. Nesta divisão, à mulher é atribuída a responsabilidade pelos cuidados das expressões da questão social, bem como assegurar grande parte da reprodução da força de trabalho por meio de atividades vinculadas aos “cuidados”, aos trabalhos domésticos, dentre outras (Cisne; Santos, 2018, p.152). Trata-se de reproduzir uma cultura que coloca que ser mulher é sinônimo de sacrifício e doação ao outro.

Dessa forma, a benemerência, a moral cristã patriarcal e a caridade são fortes marcas do Serviço Social em suas origens. Esses elementos contribuem para a construção de uma profissão que sofre cotidianamente um processo de desprofissionalização, pois muitas vezes não é reconhecida como um trabalho técnico-especializado. Esse cenário, reverbera negativamente no reconhecimento de direitos trabalhistas (como salários dignos, auxílio natalidade, licença maternidade, condições éticas e técnicas de trabalho, etc⁸).

A presença marcante de mulheres na composição da categoria profissional, bem como no seu público usuário, não é algo apenas importante para ser analisado, mas indispensável

⁸ No decorrer do presente trabalho apresentaremos dados sobre as condições de trabalho das profissionais no CRAS.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para o entendimento do significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social, ao passo que constitui um dos selos da identidade profissional, assim como está eivada de determinações e implicações sociais. Ao ser considerada uma profissão feminina pela divisão sexual do trabalho, o Serviço Social carrega, como uma das principais implicações, um baixo status social e baixos salários (Cisne; Santos, 2018, p.151)

Em relação à orientação sexual, 96% (24) das respostas das assistentes sociais indicaram que as participantes se identificam como heterossexuais, enquanto 4% (01 resposta) se identificaram como bissexuais. Esses dados estão em consonância com as estatísticas nacionais, onde nos deparamos com uma porcentagem de 95% de assistentes sociais que se declararam heterossexuais.⁹

Em relação à cor/raça/etnia, 64% (16 profissionais) se autodeclararam de cor branca, 20% (05) da cor preta e 16% (04) parda. Ao somar as profissionais que se autodeclararam de cor preta e parda, observa-se que 36% (09) de assistentes sociais pertencem à população negra.

Cabe ressaltar que, segundo os dados do Censo 2022 do IBGE¹⁰, a população negra é maioria em Vitória. A cidade contava com um total de 322.869 pessoas, das quais 53,71% se identificam como mulheres e 46,29% se identificam como homens. Desse total, 41,6% se autodeclararam pardas, 12,39% pretas, 45,57% brancas, 0,2% indígenas e 0,24% amarelas. Desta forma, a cidade é composta majoritariamente por uma população que se autodeclara como negra (preta e parda), representando 53,99% do total.

Ao fazermos um paralelo com dados nacionais do CFESS publicados em um levantamento mais recente¹¹, temos um total de 22.255 registradas, que se auto reconhecem da cor/raça preta/negra/parda, o que equivale a 50,34% das/os que participaram. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98% (CFESS, 2022). O Espírito Santo se destaca como 3º estado brasileiro com maior proporção de profissionais autodeclaradas/os de cor negra/preta, chegando a um total de 16,03%.

⁹ Aqui fazemos referência ao documento "Assistentes Sociais no Brasil. Elementos para o estudo do perfil profissional" que sistematiza uma pesquisa sobre o perfil profissionais das/os assistentes sociais brasileiras(os), tal iniciativa foi realizada mediante uma parceria entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Documento disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em 25 de maio de 2022.

¹⁰ Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/12/22/mapa-veja-os-dados-de-cor-e-raca-populacao-idade-e-divisao-entre-homens-e-mulheres-na-sua-cidade.ghtml> Acesso em 27 jul. 2024.

¹¹ Vide: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.

A maior proporção de profissionais autodeclaradas/os de cor negra/preta, encontra-se em unidades federativas com fortes vínculos com a colonização brasileira, marcada pelo uso extensivo de trabalhadoras/es escravizadas/os vindos do atual continente africano. (CFESS, 2022, p.33).

Levando em consideração nossa forte tradição racista, como elemento que se materializa no cotidiano e nega nossas raízes, destacamos o questionamento do Conselho Federal: “Será que a maioria da categoria profissional é realmente branca, ou há a supressão da real identidade de cor/raça das/os profissionais?” (CFESS, 2022, p.32).

Posto isso, de acordo com Eurico (2022), tal fenômeno pode acontecer no sentido de “negar a cor classificatória, no intuito de fugir das marcas, estigmas e desvantagens associadas ao grupo de pertencimento”. Isto pode ser bem comum face a nossa estrutura racista, que tende a apagar a história dessa população.

Importante aqui trazer alguns dados que apareceram durante o curso de extensão ofertado na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)¹². Durante este período foi possível visualizar através das contribuições das profissionais que o Serviço Social vem buscando estratégias para introduzir o debate étnico-racial no exercício profissional. Elas trouxeram diversos apontamentos acerca do preenchimento do quesito raça/cor/etnia nos documentos utilizados na assistência, assim como expuseram o desafio cotidiano em estabelecer com os usuários diálogos relacionados ao conceito de raça/etnia. Por isso,

os documentos e legislações com os quais trabalhamos apontam para a necessária disseminação de informações acerca da diversidade étnico-racial brasileira e de como a produção de conhecimento deve agir com rigor, para evidenciar no real os impactos de um projeto de sociabilidade que reatualiza, na medida da necessidade da classe dominante, o *modus operandi* para manutenção da desigualdade social, cuja origem remonta ao período da colonização e da escravidão negra e indígena no país (CFESS, 2022, p. 45)

Sendo assim, na medida em que “raça continua sendo um recurso político-ideológico de estigmatização, segregação, dominação e exploração em todo o mundo” (ABEPSS, 2018), é imprescindível que assistentes sociais defendam o preenchimento do quesito raça/cor/etnia nos processos de trabalho. Além disso, é fundamental que análises, pesquisas, encaminhamentos e

¹² O Curso de Extensão “Dimensões éticas e pedagógicas do Serviço Social: contribuições para um debate internacional”, realizado entre 14 de abril e 23 de junho de 2023, foi uma atividade vinculada a pesquisa supracitada, que contou com a presença de assistentes sociais, estudantes e docentes de diversas universidades. Além de potencializar uma reflexão discutindo temas como fundamentos éticos, precarização do trabalho, dimensão pedagógica, política de assistência social na Itália; o curso em seu segundo módulo devolveu às assistentes sociais os dados obtidos durante a coleta de dados junto aos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) da Prefeitura de Vitória.

intervenções sejam pautados na realidade vivenciada pela classe trabalhadora em que defendemos e atuamos, sendo essa majoritariamente negra.

Retomar o debate da coleta do quesito raça/cor/etnia é uma tarefa importante no cotidiano profissional de assistentes sociais. Como bem explanado por Marcia Campos Eurico em nota técnica solicitada pelo CFESS, “as manifestações cotidianas de discriminação e preconceito étnico-racial se constroem, no processo de sociabilidade, a partir da elaboração de um conjunto de atributos físicos, intelectuais, culturais e religiosos, que hierarquizam e definem, a priori, os lugares sociais ocupados por cada grupo em particular” (CFESS, 2022). Portanto, fazer com que esses indicadores sejam preenchidos e analisados é de extrema importância para que políticas públicas sejam construídas a partir da particularidade das/dos que vivenciam cotidianamente as relações étnico-raciais em suas vidas. Para isso, é necessário que por parte das/os assistentes sociais haja esforços mútuos para que se defenda um exercício profissional pautado na luta antirracista.

Os dados da pesquisa também expressaram que a maioria da população atendida pelos CRAS de Vitória é composta pela população negra, principalmente as mulheres chefes de família em situação de risco ou desproteção social. Isso vai de acordo com o cenário nacional em relação ao perfil de usuários da política de assistência, no qual estudos apontam que em todo Brasil, no interior dos CRAS, a maior parcela de pessoas cadastradas no CadÚnico e na Proteção Integral e Atenção à Família - PAIF são as mulheres negras (MIR, 2023).

Por esse motivo, Eurico demarca que o primeiro passo é naturalizar as perguntas na coleta do quesito raça/cor/etnia, sendo fundamental no processo de identificação e reconhecimento das pessoas em que atendemos todos os dias. Para isso, a coleta tem como um dos objetivos principais ter mecanismos suficientes para formular políticas públicas voltadas à população negra, visto que o não preenchimento deste quesito deixa lacunas e dão continuidade ao esvaziamento e distanciamento de determinados grupos e territórios. Desta forma, imprime-se uma intencionalidade na coleta e uma dimensão política que requer compromisso na abordagem e no uso de metodologias que possam uniformizar as informações e permitir dados cada vez mais fidedignos” (idem, 2022; p. 52).

É importante ressaltar que o preenchimento do quesito raça/cor/etnia vai além de números, estatísticas e análises se a intervenção profissional não estiver fundamentada na luta antirracista e, portanto, anticapitalista. Com esse propósito,

apreender as opressões raciais, de gênero e sexismo é um imperativo ético se pretende-se efetivar as premissas do nosso projeto ético-político a partir de uma intervenção profissional

que valorize as pessoas em sua diversidade e singularidades, que esteja aberta ao diálogo sobre as contradições postas na vida cotidiana e que seja capaz de fortalecer as lutas coletivas de enfrentamento dessas opressões e suas expressões numa realidade tão violenta e desigual (Eurico; Rocha; 2021, p. 200).

Apoiando-se nesses elementos e acrescentando outros dados da pesquisa, constatou-se que em relação à renda familiar 32% (08 profissionais) afirmaram que têm renda entre 4,5 a 6 salários mínimos; enquanto 24% (6) recebem cerca de 6 à 10 salários mínimos; outros 24% (6) em torno de 1,5 a 3 salários mínimos; 16 % (4) entre 3 a 4,5 salários mínimos e apenas 4% (1) afirmou possuir renda familiar entre 10 a 30 salários mínimos. Dentre isso, 68% (17) das profissionais afirmaram não serem os principais provedores da família.

Parte disso tem relação com o salário que recebem das instituições em que trabalham. Durante o curso de extensão foi possível notar que o salário da prefeitura gira em torno de 3 a 4 salários-mínimos. No entanto, cabe destacar que este pagamento é realizado via entidade parceira pela Instituição Adventista de Educação e Assistência Social Este Brasileira – ADRA, entidade não-governamental, filantrópica e beneficente que executa grande parte dos serviços socioassistenciais do município disputando o Fundo Público.

Atualmente o salário-mínimo no Brasil é de R\$ 1.412,00 e, tendo em vista o modo de produção em que vivemos, não chega perto de ser o suficiente num país em que as pesquisas apontam o “necessário” ser R\$ 6.995,44 em 2024, sofrendo mudanças mensais segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Embora tratemos especificamente sobre a questão das/os assistentes sociais, falamos aqui enquanto classe trabalhadora, que sofre cotidianamente com a exploração e luta pela sobrevivência.

Durante as trocas com as profissionais visualizamos os desafios dessa conjuntura. Maternar, ser chefe de família, trabalhar e sobreviver com uma renda familiar entre 1,5 e 4,5 salários-mínimos é uma realidade desafiadora para as assistentes sociais que atuam na Proteção Social Básica de Vitória, que também não está distante da realidade em nível nacional. Vale destacar, segundo pesquisa da Revista Capital Econômico, Vitória é considerada uma das cidades mais caras para se viver no Brasil, ocupando o 9º lugar no ranking nacional em 2023.¹³

A pesquisa do CFESS acerca do perfil profissional de assistentes sociais aponta que em relação ao rendimento bruto como assistente social, a maior porcentagem de rendimentos se situa

¹³ Para mais informações, o artigo na íntegra está disponível em:
[<https://revistacapitaleconomico.com.br/cidades-mais-caras-do-brasil/>] visualizado em 20 de agosto de 2024.

na faixa de 2 a 3 mil reais (CFESS, 2022), expressando assim grande volume de profissionais imersas em relações de trabalho precárias.

Embora existam discussões e lutas em andamento no que diz respeito ao Projeto de Lei 1827/2019, que dispõe sobre o piso salarial do assistente social em R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais para a jornada máxima de 30 horas semanais para toda categoria, o caminho ainda é longo. Conforme assinala o CFESS (2022, p. 118), esses dados “revelam um processo de rebaixamento do nível salarial e de empobrecimento da categoria profissional, que se insere no processo mais amplo de precarização e degradação das condições de vida da classe trabalhadora”.

Portanto, é fundamental continuar a luta por melhores condições de trabalho e remuneração justa, reconhecendo o valor e a importância do trabalho das assistentes sociais na promoção da justiça social e no combate às desigualdades estruturais.

Considerações Finais

No cenário atual, caracterizado por uma crise estrutural do capital e pela adoção de políticas sociais orientadas por uma lógica neoliberal, o trabalho das assistentes sociais no Brasil enfrenta desafios cada vez maiores. A reestruturação produtiva e a predominância do capital financeiro têm levado a uma precarização das condições de trabalho, evidenciada por vínculos contratuais temporários e uma alta rotatividade de profissionais nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Tais elementos torna-se mais cruéis em uma sociedade capitalista, hetero patriarcal e racista como é a nossa.

A feminização do trabalho, juntamente com a divisão sociosexual e racial, reforça as desigualdades estruturais de gênero, classe e raça/etnia, exacerbando a exploração e a precarização do trabalho destes profissionais.

Os dados obtidos neste estudo revelam que o perfil das assistentes sociais que trabalham nos CRAS de Vitória é majoritariamente composto por mulheres, com vínculos contratuais precários através de uma organização não-governamental. A maioria das profissionais se autodeclarou branca, com idade entre 30 e 45 anos, identificando-se como heterossexuais e tendo filhos.

Vemos aqui a constante necessidade de fortalecer o debate sobre a autodeclaração raça/cor no sentido de evitar uma supressão desse critério, tanto entre as profissionais quanto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para com relação à população atendida. Conforme sinalizado no corpo do nosso trabalho, tal necessidade é evidenciada pelas produções do Conselho Federal.

Um ponto relevante dos resultados da pesquisa refere-se às profissionais participantes do curso de extensão na UFES, que nos ajudaram a compreender as estratégias utilizadas por elas ao incorporar o debate étnico-racial no cotidiano profissional. A coleta de dados sobre raça/cor/etnia nos documentos de assistência e a necessidade de estabelecer diálogos com os usuários sobre esses temas são passos importantes para a construção de uma prática profissional antirracista e atenta à questão étnico-racial.

Por fim, é essencial persistir na luta por melhores condições de trabalho e remuneração justa, iniciando pela aprovação de um piso salarial nacional, valorizando e reconhecendo a importância do trabalho das assistentes sociais na promoção da justiça social e na luta cotidiana para a eliminação das desigualdades estruturais, vislumbrando no horizonte um outro tipo de sociabilidade sem exploração e opressões de classe, sexo, raça-etnia.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de Serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editora, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Perenidade (e Superfluidade) do Trabalho: alguns equívocos sobre a desconstrução do trabalho. In: SILVA, J.F.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. Vitória, 2018. Disponível em: subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf (abepss.org.br). Acesso em: 04 jul. 2024.

Cisne, Mirla; Santos Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Diálogos do Cotidiano – assistente social**: reflexões sobre o trabalho profissional - Caderno 2. Brasília, 2022.

Ministério da Igualdade Racial. **Diagnóstico SINAPIR**. Brasília, 2023.

ELPIDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo; ROCHA, Roseli (orgs) **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista**: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

G1. **Mapa: veja os dados de cor e raça, população, idade e divisão entre homens e mulheres na sua cidade.** 22/12/2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2023/12/22/mapa-veja-os-dados-de-cor-e-raca-populacao-idade-e-divisao-entre-homens-e-mulheres-na-sua-cidade.ghtml> Acesso em 27 jul. 2024.

MIOTO, R.C.T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio familiar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Org.). **Política Social, família e Juventude** – uma questão de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A precarização e a divisão sociosexual do trabalho. In: SILVA, J.F.; SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; DAMARES, Vicente; ALBUQUERQUE, Valéria. (Org.) **A nova morfologia do trabalho no serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social Brasileira nos Anos 90: Refilantropização da Questão Social. **Cadernos ABONG**, Recife/PE, 1995.